

Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

A CLSR e
CECTEL
06/12/2021

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA N.º 167/2021

*Promove a alimentação saudável nas escolas
públicas e privadas no município de Ubá.*

A Câmara Municipal de Ubá decreta:

Art. 1º Fica determinado a promoção de alimentação saudável nas escolas públicas e privadas do Município de Ubá.

Art. 2º As cantinas escolares e qualquer outro comércio de alimentos que se realize no ambiente escolar devem obedecer aos princípios desta Lei.

Art. 3º Fica proibida a comercialização dos produtos a seguir relacionados, nas escolas de educação infantil e ensino fundamental da rede Municipal de Educação do Município de Ubá, em escolas públicas e privadas:

I - Balas;

II - Pirulitos;

III - Gomas de mascar.

Art. 4º O contrato entre a escola e a cantina escolar, quando for o caso, deve conter cláusulas observantes desta Lei.

Art. 5º O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei no que couber.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor após 180 (cento e oitenta) dias da data de sua publicação.

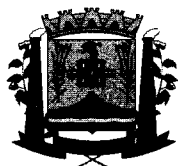
Plenário “Vereador Lincoln Rodrigues Costa”, da Câmara Municipal de Ubá, aos 6 dias de dezembro de 2021.


VEREADOR CELSO LOPES DOS SANTOS


VEREADORA JANE CRISTINA LACERDA PINTO


VEREADOR JOSÉ DAMATO NETO


VEREADOR JOSÉ CARLOS REIS PEREIRA



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

JUSTIFICATIVA

São reconhecidos o papel da alimentação na promoção da saúde e proteção contra doenças e as repercussões da alimentação inadequada em etapas precoces da infância sobre a saúde na vida adulta.

A escola pode ser considerada espaço privilegiado para implementação de ações de promoção da saúde e desempenha papel fundamental na formação de valores, hábitos e estilos de vida, entre eles, o da alimentação, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. O alimento pode ser inserido no processo educativo, não apenas em disciplinas relacionadas às ciências da biologia e da saúde, mas em todas as áreas do conhecimento e desta forma, estimular o consumo de alimentos saudáveis na escola e no cotidiano da criança. Educadores, pais, alunos, merendeiras, com unidade têm importante papel na construção de um ambiente escolar promotor de estilos de vida saudáveis, em especial, a alimentação.

O presente projeto de lei tem tal desiderato e é constitucional e legal, pois não interfere em atos de gestão do Poder Executivo, estando consentâneo com o entendimento do E. STF, com repercussão geral (STF, REPERCUSSÃO GERAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 878.911 RIO DE JANEIRO – Tema: 917).

Por todo o exposto, contamos com o apoio dos Nobres Pares.